

Júlia Ribeiro Junqueira

A edição comemorativa do *Jornal do Commercio* no primeiro centenário da Independência do Brasil: uma memória-histórica¹

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
juliarj83@yahoo.com.br

Resumo

As comemorações do centenário da Independência do Brasil, em 1922, se constituíram em um momento ímpar para os intelectuais, para os republicanos e para a elite letrada brasileira. Como novos construtores da nação, esses grupos, através da imprensa, divulgaram idéias, muitas vezes divergentes, que objetivaram desenvolver no Brasil uma maior coesão social. Os periódicos produzidos funcionaram como veículos propagandísticos que buscavam: colocar a nação brasileira em padrões modernos; e consolidar uma unidade, em meio a um território extenso, heterogêneo e ainda pouco conhecido. Nessa perspectiva analisaremos, particularmente, o *Jornal do Commercio* – em um recorte temporal que vai de 1822 a 1831 –, em sua edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil. O artigo consiste, portanto, em demonstrar, a partir de uma apresentação selecionada de suas notícias, a história-memória que esse jornal pôde construir.

Palavras-chave: *Jornal do Commercio*. Centenário da Independência do Brasil. História-memória.

Abstract

The hundredth anniversary of the Brazilian Independence, commemorated in 1922, was a very special event for the members of the intellectual elite. As the country builders they spread ideas through the press meaning social cohesion among people from the whole nation. The newspapers started to advertise modern ideas developing a strong sense of identity among a huge and heterogeneous population. Concerning this perspective we analysed the *Jornal do Commercio* between 1822 and 1831, years of Brazilian Independence commemoration edition. The article consists in showing the memory-history that this newspaper displayed through the selected presentation of its historical news.

Key-words: *Jornal do Commercio*. Hundredth of the Brazilian Independence. Memory-history.

Enviado em 10 de agosto e aprovado em 21 de outubro de 2008

1. Este artigo é uma versão modificada de um dos capítulos apresentados na monografia — *A Independência como mito fundador nas comemorações do centenário: a formação de uma História-memória no Jornal do Commercio em 1922*, para obtenção do grau de Bacharel em História na Universidade Federal de Ouro Preto, sob orientação do prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo. Foram acrescentados alguns dados e o trabalho também se insere nas pesquisas preliminares do projeto de mestrado iniciado em 2008 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da prof. Dr^a. Lucia Maria Paschoal Guimarães.

Introdução

No Brasil, o século XIX foi marcado por inúmeras movimentações políticas que mudaram os rumos do país. No ano de 1822, devido a necessidade de uma reflexão sobre a identificação pátria, ocorreu no Brasil a Independência e a criação do Império. Nesse sentido, políticos e intelectuais perceberam a importância de se constituir uma identidade nacional para uma nação que traçava novos caminhos. Como define Lucia Lippi Oliveira, “[...] a identidade tem uma dimensão interna em que se acentuam os traços de similaridade e, ao mesmo tempo, uma dimensão externa, que define uma diferença em relação ao outro.” (OLIVEIRA, 1990: 11). Foi através da criação de certas entidades, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que alguns intelectuais iniciaram suas reflexões em torno da construção/legitimação da idéia do que viria a ser a nação brasileira. O Instituto foi criado em 1838, final do período regencial, por um grupo de políticos e de intelectuais da corte do Rio de Janeiro liderado pelo Marechal Raimundo José da Cunha Matos e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa. Essa academia pretendia metodizar, arquivar e publicar os documentos necessários para a escrita da História do Brasil. Para Cunha Barbosa: “[...] a academia, recém-criada, deveria chamar para si o encargo de escrever uma história nacional única e coerente.” (BARBOSA, apud GUIMARÃES, 1995: 507).

Guardadas as devidas proporções, projeto semelhante ao do IHGB, foi formulado pelo *Jornal do Commercio* em 1922. Este, em um de seus números, produziu uma edição comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil.

Devemos festejar a data de hoje com legítimo orgulho. O que fizemos nos cem anos de vida independente é digno do esforço dos nossos maiores como foi formidável e benéfico o trabalho nos tempos coloniais que preparam a nacionalidade que se separou inteiramente da velha metrópole na data que agora comemoramos. (*Jornal do Commercio*, 1922: 01).

O periódico foi fundado pelo francês Pierre Plancher em 1º de outubro de 1827. Quando morava em Paris, Plancher foi editor de *Voltaire*, de Benjamin Constant e de outros intelectuais influentes de seu tempo. Veio para o Brasil devido às perseguições que sofria por suas tendências liberais na época da Restauração, no governo de Luís XVIII. Ao abrir sua oficina de imprensa em território brasileiro, Pierre Plancher trouxe equipamentos modernos e alguns operários especializados. Fundou dois jornais: o denominado *Spectador Brasileiro* que circulou até o dia 23 de maio de 1827; e o *Jornal do Commercio*. Com a mudança de regime na França — queda de Carlos X e a volta da liberdade de imprensa — Pierre Plancher retornou à Paris.

O *Jornal do Commercio*, após a saída de Plancher, teve como sucessores os também franceses Junius Villeneuve, Francisco Picot e Julio de Villeneuve — que mantiveram o importante diário até 1890. Durante esse período colaboraram Justiniano José da Rocha, José Maria da Silva Paranhos, Carlos de Laet, Francisco Octaviano, José de Alencar, Homem de Mello, Joaquim Nabuco e outros intelectuais. Cabe ressaltar que o próprio D. Pedro II, sob pseudônimo, também escrevia para o jornal.

A partir de 1890, o jornal passou a ser dirigido por José Carlos Rodrigues que, quando jovem, fora correspondente do periódico nos Estados Unidos. O *Jornal do Commercio*, então, circulava em três edições — matutina, vespertina e uma paulista. Dentre os novos colaboradores desta nova etapa do periódico estavam Rui Barbosa, que publicou as famosas Cartas da Inglaterra sob o caso Dreyfus, e outros como José Veríssimo, Visconde de Taunay, Alcindo Guanabara, Araripe Junior e Afonso Celso. Cabe dizer ainda que José Carlos Rodrigues mantinha contato com Joaquim Nabuco e com o Barão do Rio Branco, e por isso, também recebia suas colaborações para o jornal.

Após a saída de Rodrigues o Comendador Antonio Pereira Botelho assumiu a direção do jornal, mas ficou pouco tempo nesta função. Logo, seu chefe de redação, Félix Pacheco, já em

1923, se tornou diretor e proprietário do jornal. No decorrer dos anos, o periódico passou a se comprometer com a divulgação de notícias sobre os mercados de capitais; com isso publicava reportagens sobre a vida dos estabelecimentos comerciais, das fábricas, dos bancos, dos estaleiros e do movimento de exportação.²

A busca pela identidade nacional mobilizava na imprensa as atuações de intelectuais e de grupos dirigentes. Essas ações podem ser analisadas como constituintes de lembranças que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de uma comunidade real ou artificial. Podem estar ligadas à legitimação de instituições ou inseridas no aspecto de socialização, com sistemas de valores e padrões de comportamento (HOBSBAWM, 1984: 17). Inventar tradições constitui um dos artifícios utilizados pelas sociedades modernas, a partir da memória-histórica, para estabelecer mitos de fundação de seus Estados nacionais. No século XIX, por exemplo, a historiografia francesa iniciou a produção dos seus mitos de origem com uma intensa valorização do historiador que permaneceria intrínseco a construção do Estado-nação. Como nos afirma François Dosse: “[...] Durante um século, uma verdadeira sobreposição de consciência nacional e discurso historiográfico constituíam a base da função que parecia natural ao historiador: a missão patriótica, em que ele era meio sacerdote, meio soldado” (DOSSE, 2001: 11). No caso do Brasil, para alguns homens das letras, como os membros do IHGB, o mito de origem seria a Independência, momento que marcaria a fundação da nossa nacionalidade:

A centralidade assumida pela história natural só seria transformada com a emergência do programa das histórias modernas. Sabemos que no Brasil esse programa se constitui ao longo do segundo quartel do século XIX, tendo como seu espaço privilegiado, mas não único, o IHGB. [...] Homens como Januário da Cunha Barbosa, Raimundo José da Cunha Matos e José Feliciano Fernandes Pinheiro participaram ativamente das lutas pela Independência brasileira e mantiveram uma preocupação constante em produzir uma história do Brasil a partir do evento fundador da nova nacionalidade. (ARAUJO & MEDEIROS, 2007: 25).

A memória-histórica substitui, para as sociedades modernas, a memória baseada na oralidade, ou seja, aquela baseada, nos ritos e lendas, na vivência, na tradição e na produção de uma continuidade entre passado, presente e futuro. Contudo, os homens modernos não utilizam mais a memória oral. Devido à aceleração do tempo,³ eles têm a necessidade da história, “[...] qui est ce que font passe nos sociétés condamnées à l’oubli, parce qu’ emportées dans changement”⁴ (NORA, 1984: 18). As temporalidades passado, presente e futuro modificaram-se ao longo da própria História. Segundo Reinhart Koselleck, com a entrada do homem na Idade Moderna houve um processo de diferenciação entre a experiência coletiva e a expectativa do indivíduo, ou seja, o horizonte de expectativa sofreu alterações com as transformações temporais a partir da experiência vivida. No período da Idade Média a forma de relacionar-se com o passado convergia para uma experiência de formato modelar. Buscava-se a visualização da História como “exemplo”, com a finalidade de não incorrer nos mesmos erros que os antigos. O presente posicionava-se como o caminho antecedente para a entrada no plano espiritual divino, sendo essencial viver em conformidade com os preceitos religiosos. Já o futuro demonstrava-se previsível pela perspectiva da chegada do Juízo Final. Para o homem moderno, o passado perpetua períodos de experiência diferentes que não se vinculam a uma História como mestra da vida.

2. Para ter um conhecimento sobre a história do *Jornal do Commercio*, ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977 e BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

3. Sobre o conceito de aceleração do tempo, ver trabalho de KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

4. “[...] é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado”. Tradução livre.

Assim, o presente demanda uma intensidade de vivência singular, pois o futuro torna-se incerto. O tempo fica cada vez mais breve e, ao mesmo tempo, o homem deve assimilar novas experiências em uma velocidade acentuada. Esse processo denomina-se aceleração temporal – característica intrínseca a modernidade – no qual o futuro adquire um caráter desconhecido, proporcionando um aumento no horizonte de expectativa que ao mesmo tempo abrevia os campos da experiência.

O tempo que assim se acelera a si mesmo rouba ao presente a possibilidade de se experimentar como presente, perdendo-se em um futuro no qual o presente, tornado impossível de se vivenciar, tem que ser recuperado por meio da filosofia da história [...]. (KOSELLECK, 2006: 37).

Por isso, a memória-histórica permanece associada a essas identidades inventadas que apresentam uma enorme necessidade de registro e, assim, da escrita, de forma a construir uma linearidade capaz de domar a descontinuidade do tempo.

[...] À mesure même que disparaît la mémoire traditionnelle, nous nous sentons tenus d'accumuler religieusement vestiges, témoignages, documents, images, discours, signes visibles de ce qui fut, comme si ce dossier de plus en plus proliférant devait devenir on ne sait quelle preuve à l'on ne sait quel tribunal de l'histoire [...].⁵ (NORA, 1984: 27).

O *Jornal do Commercio*, na edição comemorativa da Independência, afirmou que através da leitura de suas notícias o leitor conheceria a História do Brasil e a própria construção do que viria a ser o Estado nacional brasileiro nos séculos XIX e XX.

As coleções do *Jornal do Commercio*, com a vasta documentação que recolheram, são um museu histórico, uma enciclopédia, uma biblioteca sobre o Brasil. Lendo-se essas coleções sabe-se de tudo. Tudo está nelas consignado. Os acontecimentos anteriores, nos três séculos de Brasil sem *Jornal do Commercio*, estão recordados, analisados, criticados nos artigos de comemoração, de polêmica, de reconstituição, de justificação. Os depoimentos históricos, autênticos, feitos pelos personagens que tomaram parte nos grandes episódios da nossa vida política, abundam nas nossas coleções, fornecendo uma documentação segura e original. (*Jornal do Commercio*, 1922: 05).

No início dos anos noventa houve uma grande preocupação por parte de alguns homens das letras e dos intelectuais em buscar delinear a reconstrução de uma identidade para a nação. Através da imprensa, esses grupos iniciaram “a busca pelas origens” e a avaliação do papel de algumas figuras históricas – fato possível ao se julgar o passado colonial e as realizações republicanas. Suscitaram-se, então, debates sobre a formação e as perspectivas da sociedade brasileira, recolocando, de forma especialmente urgente, o dilema da salvação nacional. A finalidade vinculava-se em alocar o Brasil nos padrões modernos do progresso.

Nesse sentido, pretendemos demonstrar neste artigo, a partir de uma apresentação selecionada de suas notícias, a história-memória que o *Jornal do Commercio* pôde construir durante seu período de circulação. No início do século XX, portanto, são muitos os interessados em propor mudanças para o país, devido ao novo regime: a República. O papel da imprensa, então, teve uma singularidade notória; funcionou como um veículo legitimador de uma imagem de nação brasileira que intelectuais e grupos dominantes buscaram delinear durante as comemorações do centenário da Independência do Brasil. Este fato contribuiu para a definição

5. “[...] À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história [...]”. Tradução livre.

de uma memória-histórica oficial e, portanto, indicou o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido na história.

Representações da nação: em busca de legitimidade

A História exerce uma função significativa na cristalização da identidade nacional; o historiador desempenha o papel, por assim dizer, de enraizar o sentimento de nação na população. “A História é, assim, o meio indispensável para forjar a nacionalidade.” (GUIMARÃES, 1988: 14). Uma história-memória constitui um instrumento fundamental para o Estado legitimar suas ações e demarcar as bases de construção da consciência da nação. Como exemplos de uma história-memória têm-se; as festas, os monumentos, o folclore, as datas nacionais, as bandeiras e os hinos — patrimônio arquitetônico — que colaboram para a identificação do nacional pela população. Nesse sentido, a memória permanece usada como instrumento e como objeto de poder.

[...] Histoire, mémoire, Nation ont entretenu alors plus qu’une circulation naturelle: circularité complémentaire, une symbiose à tous les niveaux, scientifique e pédagogique, théorique et pratique. La définition national du présent appelait alors impérieusement sa justification par mirage du passé [...]⁶ (NORA, 1984: 21-22).

Para construção de uma consciência nacional deveria-se conhecer a memória-histórica. É necessário retornar ao passado e identificar os mitos de origem pátria também tarefa para os construtores da nação, tornando-se essa assimilação, uma base que sustentasse a identidade coletiva. A questão é explicitada por Michael Pollak:

[...] A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989: 09).

A República brasileira utilizou-se desses instrumentos da memória-histórica para a construção de um universo nacional, “capaz de organizar o espaço público num processo de constituição de identidade, implicando tanto a acentuação dos traços de semelhança e homogeneidade, como a diferenciação em relação ao outro.” (MOTTA, 1992: 02). Com a concretização de símbolos, práticas, comportamentos e valores ancorados na vida social, os construtores da nação demarcavam os contornos da constituição de identidade nacional e também os modelos que a legitimariam.

Os republicanos precisavam validar sua história. Contudo, havia anteriormente uma tradição imperial, como as comemorações do 7 de setembro que marcaram a conquista da liberdade com a celebração do ato “heróico” de D. Pedro I. Os governantes, então, sentiram a necessidade de inventar instrumentos que correspondessem com uma nova identidade nacional. “E é no passado que se devem buscar as raízes dessa totalidade que identifica a sociedade e o indivíduo; é preciso combinar o novo com a volta às origens.” (MOTTA, 1992: 13). O processo de construção

6. “[...] História, memória e nação mantiveram, então, mais do que uma circulação natural: uma circularidade complementar, uma simbiose em todos os níveis, científico e pedagógico, teórico e prático. A definição nacional do presente chamava imperiosamente sua justificativa pela iluminação do passado [...]”. Tradução livre.

de uma nação republicana demandava a identificação dos símbolos nacionais-republicanos que marcariam uma nova consciência pátria. Nesse sentido, para construção de uma tradição republicana foram criados heróis, como Tiradentes, e símbolos, como a bandeira, o hino nacional e o calendário cívico. Os positivistas destacaram-se nessa tarefa: detentores de uma metodologia “científica” conduziram um intenso trabalho de reconstrução da memória nacional, procurando situar o novo regime na nacionalidade. Iniciaram os trabalhos com a constituição de um mito de origem, buscando no passado a legitimação desse governo.

[...] O ideal republicano teria sido uma presença constante ao longo da história brasileira, começando pelo Quilombo dos Palmares e pela Guerra dos Mascates, passando pela Inconfidência Mineira, a Revolução Pernambucana, Farrapos e Balaiada, para finalmente concretizar-se em 1889, como a culminância de uma longa luta. (MOTTA, 1992: 13).

É importante esclarecer que os republicanos usaram positivamente certas memórias da Monarquia para estabelecer sua própria lembrança. D. Pedro I identificava-se como uma parte da história que não merecia lugar na memória da República. Contudo, a figura de José Bonifácio — o Patriarca da Independência — foi resgatada como sendo a de homem brasileiro, cientista, favorável ao fim da escravidão, que almejava a ordem e representava a síntese das correntes que construíram a nação brasileira. Havia uma unanimidade geral em torno do papel que o ex-ministro representou na Independência:

[...] Bonifácio, liberal e conservador ao mesmo tempo, possuiria uma ‘coerente’ visão dos objetivos nacionais de longo prazo. Representante ‘único’ de uma tendência que buscara implantar uma política calcada em ‘leis científicas’, rejeitando o ‘idealismo’ liberal que acabara vingando na primeira Constituição republicana, defensor da ordem e da centralização política, o patriarca agradava, especialmente, àqueles que, nos anos 1920, foram responsáveis pela formação de um pensamento autoritário no país [...]. (MOTTA, 1992: 22).

A partir do ano de 1925 realizou-se uma modificação na própria comemoração do dia 7 de setembro. Dessa forma, nesta data, para aproximar essa festa com o ideal de República – e romper de uma vez com a identificação entre Independência e Monarquia – os republicanos celebraram a data com desfiles e paradas militares.

Para criar o imaginário republicano, alguns propagandistas, como jacobinos e positivistas, se utilizaram da simbologia da Revolução Francesa como empréstimo alegórico para a construção da identidade do novo regime. Como exemplos, têm-se o uso da *Marselhesa*, hino oficial francês, e da alegoria feminina da República, que, de acordo com José Murilo de Carvalho, era usado até mesmo antes da proclamação (CARVALHO, 1990: 13). A personagem — a alegoria feminina da República — representava idealmente a humanidade para os artistas positivistas. Havia ainda nesta personagem dois importantes símbolos: a bandeira e o hino. O primeiro, após alguns embates terminou com a vitória dos positivistas, mas incorporando elementos da tradição imperial. A frase “Ordem e Progresso” remetia aos ideais de Comte, mas as cores verde-amarelo permaneciam.

No caso do hino, conservou-se o antigo; foi um triunfo para os tradicionalistas. Apesar da tentativa do novo regime de elaborar uma música própria, manteve-se o velho hino monárquico de Francisco Manuel, que posteriormente teve a letra alterada — uma nova foi escrita por Osório Duque Estrada e apresentada em 1922. Os republicanos não tinham hino próprio e cantavam a *Marselhesa*, pois ela era vista como o hino dos revolucionários de todos os países. Destacavam-se, também, a figura dos heróis como símbolos poderosos — pontos de referência da identidade coletiva — bastante usados por estadistas para legitimar o regime político. O autor José Murilo de Carvalho expressa como seria configurado o comportamento do herói, para ser um panteão cívico:

[...] Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado [...]. (CARVALHO, 1990: 55).

Os principais participantes do movimento do 15 de novembro foram candidatos a heróis do novo regime. Disputavam o cargo simbólico Deodoro, Benjamin Constant e Floriano Peixoto. Entretanto, estes pretendentes ao posto não apresentavam as características exatas daquela corporificação de um panteão cívico da nação. Encontraram-na, então, na figura de Tiradentes, as exigências para atender a mitificação do herói. Na visão dos construtores da nacionalidade, a Inconfidência Mineira, foi um dos acontecimentos que indicaram que o ideal republicano já era acalentado pela sociedade brasileira. O dia 21 de abril, a partir de 1890, juntamente com o 15 de novembro foram declarados, portanto, feriados nacionais.

Mesmo assim os republicanos esbarravam sempre na memória monarquista ao tentar impor sua própria lembrança; como ocorreu no acontecimento do dia 21 de abril de 1923 onde membros do Clube Tiradentes cobriram com tapumes a estátua do Imperador D. Pedro I. O desfecho dessa confusão terminou com a interferência do prefeito do Distrito Federal, Barata Ribeiro, que manteve a estátua do Imperador no mesmo local, contudo a praça onde se localizava a escultura recebeu o nome de Praça Tiradentes. O papel desempenhado pelos monumentos – que compõem os bens culturais associados ao passado, e que estabelecem a ligação passado, presente, futuro — teve grande importância para os construtores da nacionalidade no momento de legitimar seu regime. Percebe-se que essa questão já fazia parte das preocupações de D. Pedro I:

[...] o Imperador, por Portaria de 9 de abril declarou resolver que “não obstante as razões expostas, seja aquela memória inaugurada no próprio sítio do Piranga, em que foi proclamada a Independência Política do Império, e onde por isso as gerações futuras devem celebrar a lembrança de tão extraordinário e feliz acontecimento. (*Jornal do Commercio*, 1922: 44).

Imagina-se como todo o aparelho simbólico chegava ao seu principal destino: no imaginário da população? Os construtores da nação se utilizavam, principalmente, da imprensa, da educação e da oralidade como esferas de atuação do intelectual e do político para propagarem suas idéias. (MOTTA, 1992: 29). Os intelectuais se destacavam por meio de seus pensamentos e sua escrita, e assim colaboravam para legitimar a memória republicana. Este fato contribuiu acentuadamente para a recriação de uma identidade nacional brasileira.

A edição comemorativa

De acordo com o *Jornal do Commercio*, o leitor ao ler as coleções das notícias conheceria a História do Brasil: [...] é com justo orgulho que se pode dizer que as coleções da folha do jornal constituem os grandes *annas* da nacionalidade. No Brasil não haveria fonte mais abundante de informações. (*Jornal do Commercio*, 1922: 04-05). As palavras do editorial refletem as intenções do *Jornal do Commercio* ao lançar um número comemorativo. O periódico percebeu a enorme fonte documental que se encontrava a sua disposição para fazer uma edição especial. Ao relatar os remotos fatos desde 1822, o jornal não selecionou apenas os acontecimentos consideráveis, mas também os personagens ilustres da História que ele optou por salientar. As palavras do próprio periódico informam o porquê do jornal como documento:

Assim, pareceu ao *Jornal do Commercio* que a melhor forma de comemorar a data do primeiro centenário da nossa independência política seria a que pôs em prática e que este número especial atesta e realiza: — o aproveitamento do próprio material que guarda. Poderíamos reconstituir a história com esses e outros

documentos, mas, tendo o *Jornal* cabedal de tal ordem, seria contraproducente ir buscar em outros lugares o que não falta nas suas coleções. [...] Se não é possível escrever a história do Brasil sem consultar as coleções do *Jornal do Commercio*, não caberia a nós escrever história senão fazendo uma seleção do que nos parece mais apropriado para reconstituir o século de vida independente do país que hoje confirma as alegres esperanças de seus grandes fundadores. (*Jornal do Commercio*, 1922: 05).

Com as análises dessa fonte documental, durante o período de 1822 a 1831, foi possível identificar, portanto, que o *Jornal do Commercio* selecionava, majoritariamente, assuntos sobre política. Foram constatadas, também, publicações sobre economia, cultura, religião e vida cotidiana, mas sobressaíam-se nas publicações, os temas políticos, com destaque especial para a política interna. Pode-se analisar que até mesmo as notícias sobre política externa, em sua grande maioria, constituíam-se assuntos que convergiam para os temas tratados na política interna. Os quadros a seguir demonstram a proporção das publicações:

Quadro 1⁷

Relação das categorias e das percentagens de suas publicações entre os anos de 1822 a 1831

CATEGORIAS	PUBLICAÇÕES
Política	67,06%
Cultura	15,87%
Vida Cotidiana	9,0%
Economia	7,58%
Religião	0,47%

Fonte: *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil, 1922.

Quadro 2⁸

Relação das subcategorias e das percentagens de suas publicações entre os anos de 1822 a 1831

SUBCATEGORIAS	PUBLICAÇÕES
Política Interna	74,03%
Cultura: Artes em geral	30,15%
Política Externa	25,96%
Cultura: História	22,22%
Cultura: Imprensa	19,04%
Cultura: Literatura	14,28%
Cultura: Ciências da Vida	9,52%
Cultura: Ciências Naturais	4,76%

Fonte: *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil, 1922.

7. Foram analisadas entre os anos de 1822 a 1831, o total de 422 notícias.

8. É importante esclarecer que no banco de dados construído para o procedimento analítico, todos os campos das categorias foram preenchidos. Contudo, os campos das subcategorias não foram preenchidos na sua totalidade, pois algumas notícias não corresponderam aos requisitos desse campo. Também houve publicações que completaram no mesmo campo duas subcategorias.

A política ganhou destaque nas notícias do jornal. As publicações referentes a essa temática eram em grande parte ligadas a questões de política interna, destacando os seguintes temas: política governamental, constituições, reformas ministeriais, assembléias; e revoltas regionais (ver Quadro 3). As informações noticiadas revelavam o interesse de D. Pedro I e de alguns de seus ministros em formatar uma unidade territorial para o país. Predominaram nos anos de 1823 e 1824 as notícias relativas ao funcionamento das assembléias e também as relativas as propostas de projeto de Constituição para o país. No ano de 1823, o projeto ficou estagnado, devido à própria dissolução da Assembléia Constituinte por D. Pedro I. Mais tarde, no ano de 1824 a elaboração da Constituição volta a ficar em primeiro plano nas decisões do Imperador. A notícia foi assim exposta pelo *Jornal do Commercio* em 1854:

Há trinta anos, no dia 25 de Março de 1824, o Sr. D. Pedro I jurou e mandou publicar a constituição que nos rege [...]. A Constituição era uma necessidade, era aspiração política do momento; fosse ela feita aqui ou ali, em Portugal ou na Espanha, por comissários competentes ou não, pouco importava: o que se queria é que o país tivesse quanto antes as garantias constitucionais, um governo próprio e representação popular. (*Jornal do Commercio*, 1922: 30).⁹

Quadro 3

Relação dos temas publicados entre os anos de 1823 a 1824

TEMAS	PUBLICAÇÕES
Política governamental	44,0%
Revoltas	38,66%
Vida Cotidiana	4,0%
Artes	4,0%
Imprensa	2,66%
Economia	1,33%
Literatura	1,33%

Fonte: *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da Independência, 1922.

Tanto para D. Pedro I como para seus ministros e deputados, a Constituição e a manutenção de um controle sobre grupos revoltosos traduziam a importância de estabelecer um poder simbólico de unidade para os membros da nação. No caso da Constituição outorgada, esta manifestaria, no território nacional, leis, direitos e deveres em comum. O território nacional, portanto, sofreu tentativas de demarcação constantemente, pois o país enfrentava focos de rebeliões em diferentes regiões — como foi o caso da Cisplatina e de Pernambuco, que lutavam por sua autonomia.

[...] Certos movimentos, revoltas e revoluções, ocorridos em distintos lugares e épocas, expressam algumas das disparidades sobre as quais se procurou e procura construir a nação. As diversas constituições revelam isso muito claramente [...]. Desde a Constituição de 1824, o manto imperial destinava-se a criar a ilusão de um Estado nacional em um país cuja sociedade civil estava dispersa na geografia e história [...]. (IANNI, 1994: 160-162).

Os temas sobre política governamental e revoltas continuaram a predominar nas notícias do *Jornal do Commercio* durante o período dos nove anos analisados. (ver Quadro 4). Os principais

9. Notícia publicada originalmente em 26 de março de 1854.

personagens destacados no decorrer deste período foram: D. Pedro I, José Bonifácio de Andrada e Silva, Marquês de Barbacena e General Cochrane. Estes nomes, portanto, foram bastante enfocados e tiveram uma atenção acentuada durante os anos de 1822 a 1831.

Quadro 4¹⁰

Relação dos temas mais publicados entre os anos de 1822 a 1831

TEMAS	PUBLICAÇÕES
Política governamental	144
Revoltas	83
Vida Cotidiana	29
Política (Segurança, Planejamento e Saúde)	27
Economia	22
Imprensa	18
Política Externa	18
Artes	15

Fonte: *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da Independência, 1922.

Alguns personagens tiveram um destaque secundário, mas as notícias nas quais eles apareciam faziam também parte do projeto de unidade para o território nacional. As notícias são referentes às intervenções de D. Pedro I em algumas províncias que se encontravam “agitadas”, ou seja, onde as ordens imperiais não eram acatadas e havia revoltas. O Imperador, então, sentiu a necessidade de representar o poder do Império nessas localidades; D. Pedro I, portanto, parte para Bahia .. Em sua patida fez, uma declaração aos fluminenses para explicar sua ausência, por um tempo, da capital do Império:

Se um pai tem obrigação de prover às necessidades de seus filhos, quanto maior não será o dever de um soberano para com seus súditos? Se eu tenho estado entre vós pelo tempo de 18 anos, não terão os bahianos o direito de me possuir entre si, pelo diminuto espaço de um mês? São verdades incontestáveis, e eles são merecedores de uma tal honra. Vóis mui bem o conheceis, e ninguém poderá duvidar da necessidade desta minha deliberação, que além de política, é de justiça. Saudoso de vós me aparto e vos recomendo sossego. (*Jornal do Commercio*, 1922: 49).¹¹

D. Pedro I teve sérios desgastes políticos em relação à região da Cisplatina, como informa o jornal. Nos anos de 1825 a 1828, a disputa com Buenos Aires pelo território uruguaio ficou mais acirrada

[...] a desagradável notícia de ter-se ultimamente manifestado na Província Cisplatina uma insurreição movida por muitos súditos do governo de Buenos Aires, que seduzindo os povos desacautelados e reunindo-se ao pérfido e rebelde Fructuoso Rivera tem dado princípio a hostilidades contra o Império do Brasil [...]. (*Jornal do Commercio*, 1922: 42).

10. Nesse quadro estão os temas que tiveram um número relativamente expressivo nas publicações. Dessa forma, foram 356 notícias com esses temas mais relevantes, sendo que as outras 66, os assuntos foram bastante diversos não atingindo pelo menos um número igual ou superior a dez publicações.

11. Notícia publicada originalmente em 1º de fevereiro de 1826.

No mesmo ano de 1825, o Congresso de Flórida declarou a Independência da Cisplatina sob o protetorado das Províncias Unidas; o que provocou uma interferência do exército do Rio Grande na região e a própria viagem do Imperador para o sul em 1826 a fim de examinar a situação. Devido à problemas pessoais, o falecimento da Imperatriz Leopoldina, D. Pedro I retornou às pressas para o Rio de Janeiro. Posteriormente em 1828, já com o Tratado preliminar de Paz, o Brasil sentiria as desastrosas conseqüências da guerra para o país, como nos informa a notícia do *Jornal do Commercio*:

[...] Eis o resultado da inglória campanha do sul: o Brasil perdia parte de seu território, além de cerca de 50 mil contos improficuamente despendidos e oito mil vidas para sempre desaparecidas; a República via desbaratadas as suas finanças, quase aniquilando o seu comércio e de novo surgir o espírito de cudilhagem que, por tanto tempo, teria de maltratá-la [...]. (*Jornal do Commercio*, 1922: 64).

Alguns temas tratados pelo periódico não tiveram uma assiduidade nas notícias e nem ganharam tanto destaque como as questões da Guerra da Cisplatina ou das mudanças ministeriais. Mas em alguns momentos, apesar de secundários, foram publicados no periódico — o que evidenciava, portanto, o valor que esses assuntos assumiam no jornal — como foi o caso de uma matéria sobre a educação primária, tema mencionado bem superficialmente na edição:

[...] Com efeito, desde 1823 eram criadas, aqui nas províncias, escolas primárias de acordo com o método mútuo, ou sistema de Lancaster. Infelizmente, várias causas, entre outras a falta de pessoal habilitado e compêndios adequados, não permitiram por muitos anos que o ensino primário tivesse sombra de execução, vinda a caber a Couto Ferraz, em 1854, como veremos a glória de estabelecer realmente o ensino das primeiras letras em bases sérias e regulares [...]. (*Jornal do Commercio*, 1922: 44).

Posteriormente outra notícia, em 1828, informaria sobre algumas providências que D. Pedro I tomou em relação ao ensino superior — como o lançamento do edital para o concurso da Cadeira das Primeiras Letras e Gramática Latina na Vila de S. Pedro de Cantagalo. Houve também uma preocupação do periódico em começar a definir estatisticamente o Brasil, como se publicou no jornal em 1829 — “[...] Hei por bem criar nesta corte uma comissão de Estatística Geográfica e Natural, Política e Civil, a Repartição de estatística” (*Jornal do Commercio*, 1922: 70).¹²

A partir de 1830 o periódico enfatizou as questões políticas que marcaram o tumultuado fim do governo de D. Pedro I. As notícias indicavam o início da exoneração do Marquês de Barbacena do Ministério da Fazenda. Segundo o jornal, esse ato provocou na opinião pública certa antipatia em relação a figura do Imperador, pois o povo reconhecia que o governante estava manifestando demasiadamente seu poder pessoal. Interessante é a resposta de Barbacena dada a D. Pedro I devido sua demissão. A réplica foi comentada pelo *Jornal do Commercio* que publicou a seguinte nota:

[...] Barbacena agradece ao primeiro Imperador do Brasil a sua magnanimidade, aconselha-o que não vá a Minas, porque lá podia ser recolhido a um hospício de doidos, e lhe anuncia a ruína de seu governo dentro de seis meses. A profecia se realizou. (*Jornal do Commercio*, 1922: 78).

12. Fala do Imperador D. Pedro I.

O jornal destacou, também, as notícias que demonstravam insatisfações dos funcionários públicos quanto aos baixos salários. De acordo com o autor da publicação, a troca freqüente dos Ministérios juntamente com outros aspectos, como a falta de reajuste salarial, constituíram um estopim para a abdicação do Imperador. No bloco do ano de 1831 o jornal fez uma apresentação geral sobre o fato. Este manifesta a visão do periódico sobre o acontecimento do dia 07 de abril do referido ano:

Com a abdicação do primeiro Imperador ficou, finalmente, resolvida àquela intolerável situação de contínuas desconfianças, de sérios e repetidos atritos, incompatibilidades e antagonismos, que, desde muitos anos, mil circunstâncias, as mais diversas, haviam criado e mantido entre governante e governados, entre a Nação e seu Chefe. Na verdade, extremamente difícil se tornara o entendimento entre estes dois poderes, ciosos ambos das suas prerrogativas, pouco dispostos às mútuas concessões. Era impossível, por mais tempo, a vida em comum; a separação se impunha, e ela se fez repentina e violentamente. (*Jornal do Commercio*, 1922: 86).

Após a abdicação de D. Pedro I do trono foram feitas no Teatro dos Arcos algumas apresentações em comemoração aos acontecimentos do dia 7 de abril e a aclamação de D. Pedro II que assumia o trono como novo imperador.

No sábado, 7 do corrente (maio), dia em que perfazia um mês a nossa gloriosa revolução, os acionistas deste pequeno, mas elegante teatro, em aplauso a tão memorável acontecimento, determinaram dar uma representação extraordinária [...]. (*Jornal do Commercio*, 1922: 100).

O discurso do periódico, em sua escrita da História brasileira, nos anos de 1822 a 1831, demonstra que se criou no *Jornal do Commercio* uma história-memória vinculada às questões políticas.¹³ Os assuntos noticiados não se restringiam apenas a esse tema (ver Quadro 1), entretanto quando se informava sobre cultura, vida cotidiana ou economia, a maioria das publicações convergia para sua interligação com as medidas políticas tomadas pelo Imperador. Vale ressaltar que até mesmo as notícias de arte e de lazer enfocavam os eventos nos quais D. Pedro I sua esposa e seus filhos compareciam.

O aniversário do nascimento de S. M. Imperador e de sua gloriosa aclamação, é em cada ano a mais solene ocasião para o empresário do Teatro Imperial testemunhar ao Seu Augusto Protetor toda a sua gratidão, desenvolvendo a seus augustos olhos os recursos e pompas de um estabelecimento tão interessante. [...] S. M. I. chegou com sua Augusta Família ao teatro às 7 horas em ponto, sendo recebido com grandes aclamações [...]. (*Jornal do Commercio*, 1922: 66).¹⁴

Conclusão

A história do Estado foi a mais veiculada pelo jornal nas 422 publicações analisadas. Havia uma preocupação em narrar uma história na qual as ações, reações, vivências e decisões políticas de D. Pedro I, fossem o centro para o qual tudo convergia. Uma história-memória feita a partir de uma história nacional nos remete à escrita da história do século XIX. Os anos oitocentos foi um período marcado por uma intensa produção das histórias nacionais, exercendo influências relevantes para o estudo da escrita da história. Pretendia-se formatar uma história nacional que

13. O conceito de história-memória utilizado nesse trabalho refere-se às análises feitas por NORA, Pierre. "Entre mémoire et histoire". In: _____ (org.). *Les lieux de mémoire. La République*. Paris: Gallimard, 1984. t. 1.

14. Notícia publicada originalmente em 15 de outubro de 1828.

privilegiasse o Estado e os homens do Estado. Em sua medida, o *Jornal do Commercio* realizou este projeto quando selecionou, em suas antigas coleções, informações sobre a política imperial. Uma história-memória iniciada com a Independência que convergia para a idéia de continuidade, constante tanto na política como em outros setores: na nacionalidade e na busca pela unidade territorial. Criava-se uma imagem de construção da nação e de um aperfeiçoamento das instituições, apesar dos pequenos contratemplos como as revoltas regionais e as intrigas políticas.

O periódico edificou uma memória-histórica de forma a estabelecer uma linearidade capaz de domar a descontinuidade do tempo. Ele construiu, assim, referenciais temporais: a memória; o esquecimento do passado; a busca da identidade para o presente; e o delineamento de um projeto para o futuro.

[...] Car c'est nous que nous venérions à travers le passe. C'est ce rappot que c'est casse. De la meme façon que l'avenir visible, prévisible, manipulable, balisé, projection du présent, est devenu invisible, imprévisible, immaitrisable, nous em sommes arrives, symétriquement, de l'idée d'un passé visible à un passé invisible; d'un histoire que se cherchait dans le continu d'une mémoire qui se projette dans le discontinue d'une histoire"[...].¹⁵ (NORA, 1984: 30).

A aceleração do tempo provoca o distanciamento de uma memória associada à oralidade, a vivência e ao processo cíclico daquela memória-histórica. Isto proporcionou aos homens modernos uma remissão e/ou representação do passado.

A identidade nacional proposta pelo jornal, por conseguinte, acoplava-se a uma memória-histórica fundada na idéia de uma continuidade constante, pois o periódico pode identificar o ano da Independência como “mito fundador da nação brasileira”, o início de uma evolução que caminharia junto ao desenvolvimento da própria instituição imperial.

A continuidade do Império na República está na própria Constituição republicana. O código de 24 de fevereiro não é mais do que o enxerto das idéias predominantes do espírito constitucional norte-americano, na esplêndida obra-prima de fatura e de técnica — na sólida proclamação de direitos individuais da Constituição do Império. Não houve cópia dos Estados Unidos; houve remodelação da Constituição imperial de acordo com a evolução política. (*Jornal do Commercio*, 1922: 03-04).

Fonte

Jornal do Commercio. Edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil. Rio de Janeiro, 1922.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Valdei Lopes de; MEDEIROS, Bruno Franco. “A história de Minas como história do Brasil”. *Revista do APM*. Ano XLIII, (1) 24-37, jan./jun. 2007.

15. “[...] Porque venerávamos a nós mesmos através do passado. É esta relação que se quebrou. Da mesma forma que o futuro visível, previsível, manipulável, balisado, projeção do presente, tornou-se invisível, imprevisível, incontrollável; chegamos, simetricamente, da idéia de um passado visível a um passado invisível; de um passado coeso a um passado que vivemos como rompimento; de uma história que era procurada na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história [...]” Tradução livre.

- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 260
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 166
- DOSSE, François. “A identidade nacional como forma organizadora do discurso histórico na França nos séculos XIX e XX”. In: _____. *A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001, p. 11-38.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, 156(388) 459-613, jul./set. 1995.
- GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, (1) 05-27, 1988.
- HOBSBAWN, Eric. “Introdução: A Invenção das Tradições”. In: HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 09-23.
- IANNI, Octavio. *A Idéia de Brasil Moderno*. 2ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, 180 p.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, 368 p.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, 208 p.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992, 129 p.
- NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux”. In: _____. (org.). *Les lieux de mémoire. La République*. Paris: Gallimard, 1984, t. 1. p. XV-XLII.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, (3) 03-15, 1989.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977, p. 592